



**Soares Penido Participações e Empreendimentos
S.A.**

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

| | |
|--|---------|
| Relatório da Administração | 3 - 6 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 7 - 8 |
| Balanços patrimoniais | 9 |
| Demonstrações de resultados | 10 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 11 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto | 12 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 13 - 49 |

Relatório da Administração

Senhores acionistas

A Administração da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Soares Penido ou Companhia) submete à apreciação dos acionistas e ao público em geral, o Relatório da Administração, acompanhado pelas Demonstrações Financeiras e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Os valores monetários, exceto quando indicado o contrário, estão expressos em milhares de reais.

Apresentação

A Soares Penido tem a finalidade de unificar a gestão das empresas que participa ou controla, além de maximizar e consolidar os benefícios decorrentes dessa unificação. Atua como uma companhia de capital nacional fechado, participando como sócia ou acionista em empresas que atuam em diversos segmentos de mercado, destacando-se principalmente: **(i)** Construção Civil - segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação e construção civil; **(ii)** Transporte de Passageiros e Cargas; **(iii)** Mineração - produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; **(iv)** Dragagem; **(v)** Concessão de Serviços Públicos - principalmente na administração e exploração de rodovias e geração e comercialização de energia, incluindo energia eólica; e **(vi)** Prestação de serviços de gestão e exploração de cantos comerciais.

Os principais investimentos mantidos pela Companhia em empresas controladas integralmente ou com controle compartilhado são: **(i)** Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng) - segmento de construção civil destacando-se engenharia, construção e mineração; **(ii)** Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda. (Pássaro Marron) - segmento de transportes de passageiros, cargas e encomendas; **(iii)** Corumbá Concessões S.A. - concessão de serviços públicos na geração de energia; **(iv)** Santa Cruz Rodovias S.A. - concessão de serviços públicos na exploração de rodovias; **(v)** Serveng Energias Renováveis S.A. - concessão de serviços públicos na geração de energia eólica; **(vi)** Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A. - concessão de serviços públicos na geração de energia eólica; **(vii)** Dragaport Engenharia Ltda. - serviços de dragagem; e **(viii)** Serramar Parque Shopping Ltda. - gestão e exploração de cantos comerciais.

Entre os diversos projetos executados no decorrer de 2011 pela controlada Serveng, individualmente ou em parceria com empresas consorciadas, destacaram-se: (i) **Refinaria Premium I (Petrobrás), MA** - inaugurado em 2010, compreende a execução de serviços de terraplenagem, drenagem e obras de acessos na área da futura refinaria Premium I no Maranhão; (ii) **Jacu Pêssego - Lote 1, SP** - inaugurado em 2010 compreendeu a duplicação da Avenida Papa João XXIII em Mauá até a interseção com o Rodoanel Mário Covas, compreendendo também a ligação da Avenida Jacu Pêssego, em São Paulo, com a Avenida dos Estados; (iii) **Obra SP 320 - Lotes 5 e 7, SP** - inaugurada em Nov/2010, compreendendo a duplicação e restauração de pista da Rodovia SP 320 - Lotes 5 e 7; (iv) **Transposição do Rio São Francisco - Lotes 1 e 2, PE** - consiste na execução de obras civis, instalação e montagem de equipamentos mecânicos e elétricos para implantação dos Lotes 1 e 2 da 1ª etapa do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; (v) **Metrô Linha 5 - Lilás, SP** - inaugurada em mai/2011 compreende execução de obras civis, contemplando obra bruta e acabamento do trecho entre a Vala a Céu Aberto - "VCA" (exclusive) para a partida das tuneladoras e a Estação Borba Gato (inclusive), da Linha 5 - lilás; (vi) **Várzea da Palma - 3ª etapa, MG** - inaugurada em mai/2011 compreende execução dos serviços e obras de tratamento de fundo de vale de afluentes do Córrego da Avenida Várzea da Palma, urbanização da Vila Apolônio e construção de unidades habitacionais - PAC/pro - moradia em Várzea da Palma.

Ambiente econômico

O ano de 2011 foi marcado pela desaceleração da atividade econômica mundial, provocando reduções generalizadas nas estimativas de crescimento, e a piora da situação na Zona do Euro. Diante desse cenário internacional repleto de incertezas a economia brasileira seguiu em ritmo moderado. Em 2011, o PIB brasileiro cresceu 2,7% em relação a 2010.

Desempenho econômico-financeiro

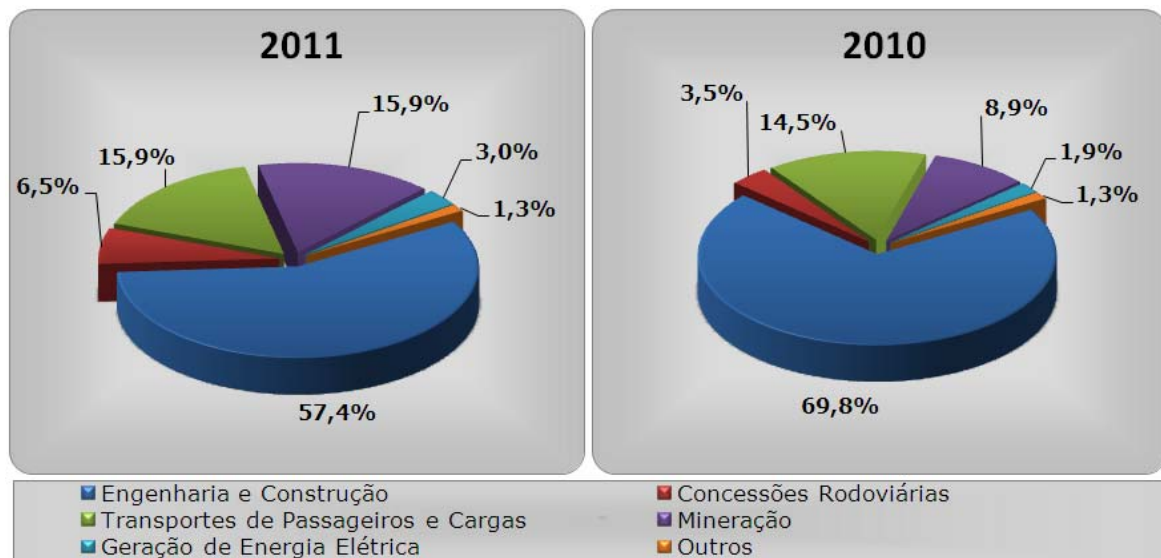
A Companhia obteve em 2011 um Lucro Líquido Consolidado de R\$ 134.632 (R\$ 597.321 em 2010), representando diminuição de 77,5% em relação ao ano anterior, influenciada basicamente pela variação dos investimentos avaliados pelo valor justo da empresa CCR, que no ano anterior representou uma receita de R\$ 576.705, sendo que em 2011 essa receita foi de R\$ 29.888.

O Lucro Líquido Consolidado de 2011 foi impactado positivamente pelos seguintes fatores: (i) Lucro Bruto de R\$ 122.479, representando uma contribuição de 17,7% sobre a receita líquida de vendas; (ii) Receita oriunda da mensuração de determinados ativos ao valor justo na rubrica "Outras receitas operacionais" totalizando R\$ 29.888; e (iii) Houve ainda, redução de 75,7% nas despesas com imposto de renda e contribuição social, totalizando R\$ 36.259 (R\$ 149.349 em 2010).

O EBITDA Consolidado, o qual não considera o ganho com valor justo de determinados ativos, totalizou R\$ 305.159 em 2011, representando 44,2% da receita operacional líquida.

Na formação da receita operacional bruta consolidada obtida pela Companhia em 2011 no montante de R\$ 792.261 (R\$ 1.208.602 em 2010), ressalta-se o seguinte: (i) Diminuição de 46,1% na Receita de Engenharia e Construção, que passou de R\$ 843.619 em 2010 para R\$ 454.396 em 2011; (ii) Diminuição de 27,9% na receita de transporte de passageiros, que passou de R\$ 175.191 em 2010 para R\$ 126.346 em 2011; e (iii) Crescimento de 16,6% na Receita de Mineração, que passou de R\$ 107.961 em 2010 para R\$ 125.921 em 2011.

Representatividade da Receita Bruta de Vendas Consolidada por Segmento



A tabela a seguir demonstra de forma resumida os principais números de 2011 e sua evolução em comparação ao exercício anterior.

Evolução da Receita Bruta de Vendas Consolidada por Segmento de Negócio

| Segmento de negócio | em 2011 | | em 2010 | | AH% |
|-------------------------------|----------------|--------------|------------------|--------------|--------|
| | R\$ Mil | AV% | R\$ Mil | AV% | |
| Engenharia e Construção | 454.396 | 57,7 | 843.619 | 69,8 | (46,1) |
| Transporte de passageiros | 126.346 | 15,8 | 175.191 | 14,5 | (27,9) |
| Mineração | 125.921 | 15,8 | 107.961 | 8,9 | 16,6 |
| Concessão de Rodovias e Ponte | 51.520 | 6,5 | 42.553 | 3,5 | 21,1 |
| Geração de Energia Elétrica | 24.084 | 3,0 | 23.017 | 1,9 | 4,6 |
| Outros | 9.994 | 1,3 | 16.261 | 1,3 | (38,5) |
| | <u>792.261</u> | <u>100,0</u> | <u>1.208.602</u> | <u>100,0</u> | (34,4) |

Recursos humanos

A Companhia encerrou o ano de 2011 com 2.814 colaboradores (4.293 colaboradores em 2010).

Perspectivas

O Brasil iniciou em 2010, o maior ciclo de grandes obras de infraestrutura dos últimos 30 anos. Nos próximos 5 anos deverão ser investidos mais de R\$ 800 bilhões de reais de recursos públicos e privados. Os maiores impulsionadores desses investimentos serão sem dúvida a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A Companhia e suas controladas veem se preparando para fazer parte deste desenvolvimento, quebrando paradigmas e buscando oportunidades de novos negócios nos mais diversos setores da infraestrutura brasileira. Neste sentido, nossas estratégias estão direcionadas para crescer participação em nossos principais segmentos de atuação, principalmente nos segmentos de transportes (rodovias, ferrovias, metrô e portos), saneamento básico, energia e mineração, bem como expandir nossa presença em diferentes regiões do País.

A Administração da Companhia acredita que a estabilidade econômica brasileira no médio e longo prazo contribuirá para um ciclo virtuoso de crescimento, permitindo a ampliação dos nossos negócios no mercado interno, com solidez e aprimoramento de nossa tecnologia na prestação de serviços e comercialização de produtos.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais entidades envolvidas em nossos negócios, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos, sem os quais não conseguiríamos obter os resultados apresentados.

São Paulo, 30 março de 2012

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor-Presidente



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo novas regras relativas ao pagamento de precatórios estaduais e municipais que está, atualmente, em tramite no Superior Tribunal Federal - STF para julgar sobre a constitucionalidade da forma do pagamento. A controlada Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia possui precatórios a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ no montante de R\$ 440.795 mil, para o qual existe uma ação de sequestro de verbas públicas perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo visando à realização deste montante. A realização financeira desses precatórios depende do julgamento favorável quanto a constitucionalidade da referida Emenda Constitucional ou do sucesso da ação movida pelos assessores jurídicos dessa controlada e a tempestividade do pagamento pelo Estado de São Paulo.

São Paulo, 30 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Ativo | Nota | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 156.816 | 148.006 | 536 | 12 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 202.262 | 143.019 | - | 435 |
| Estoques | 7 | 22.203 | 15.116 | - | - |
| Impostos a recuperar | | 18.565 | 10.184 | 372 | 190 |
| Partes relacionadas - mútuo | 15 | - | 1.748 | - | - |
| Partes relacionadas - dividendos a receber | 15 | - | - | - | 5.000 |
| Partes relacionadas - outras contas a receber | 15 | - | - | - | 68 |
| Despesas antecipadas | | 3.841 | 1.712 | - | - |
| Contas a receber por alienação de investimentos | 2 | 37.440 | - | 37.440 | - |
| Outras contas a receber | | 18.696 | 8.626 | - | - |
| | | <u>459.823</u> | <u>328.411</u> | <u>38.348</u> | <u>5.705</u> |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Precatórios a receber | 8 | 507.825 | 472.802 | - | - |
| Depósitos judiciais | | - | - | 277 | - |
| Ativo fiscal diferido | 9 | 16.520 | 25.847 | 7.601 | 6.434 |
| Partes relacionadas - outras contas a receber | 15 | 1.412 | - | 450 | - |
| Despesas antecipadas | | 696 | 10 | - | - |
| Imóveis a realizar | | 3.674 | 3.905 | - | - |
| Contas a receber por alienação de investimentos | 2 | 124.940 | - | 124.940 | - |
| Outros créditos | | 7.911 | 51.479 | - | - |
| | | <u>662.978</u> | <u>554.043</u> | <u>133.268</u> | <u>6.434</u> |
| Investimentos | 10 a | 35 | 7.345 | 2.034.507 | 1.831.397 |
| Outros investimentos | 10 b | 742.544 | 709.246 | - | - |
| Propriedade para investimentos | 11 | 132.030 | 15.284 | - | - |
| Imobilizado | 12 | 994.447 | 899.978 | - | - |
| Intangível | 13 | 59.602 | 48.960 | - | - |
| | | <u>2.591.636</u> | <u>2.234.856</u> | <u>2.167.775</u> | <u>1.837.831</u> |
| | | <u>3.051.459</u> | <u>2.563.267</u> | <u>2.206.123</u> | <u>1.843.536</u> |

| | | Consolidado | | Controladora | |
|--|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Passivo | Nota | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores e subempreiteiros | | 74.187 | 43.818 | 9 | 57 |
| Debêntures, financiamentos e outros | 14 | 49.886 | 11.569 | 21.464 | - |
| Impostos e contribuições a recolher | 16 | 39.095 | 28.117 | 269 | 2 |
| Salários e férias a pagar | | 18.716 | 20.902 | - | - |
| Partes relacionadas - antecipação de lucros e dividendos | 15 | - | - | - | 16.318 |
| Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar | | 53.876 | 22.362 | 50.102 | 10.913 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 919 | 11 | - | 11 |
| Provisão para manutenção relativos a concessões | | 19.409 | 17.782 | - | - |
| Contas a pagar | | 31.012 | 31.555 | - | - |
| | | <u>287.100</u> | <u>176.116</u> | <u>71.844</u> | <u>27.301</u> |
| Não circulante | | | | | |
| Debêntures, financiamentos e outros | 14 | 295.997 | 54.806 | 161.455 | - |
| Impostos e contribuições sociais a recolher | 16 | 26.180 | 20.970 | - | - |
| Partes relacionadas - mútuo | 15 | - | 20.547 | 46.607 | 66.729 |
| Provisão para contingências | 17 | 34.625 | 23.130 | - | - |
| Passivo fiscal diferido | 9 | 451.393 | 444.193 | 52.888 | 5.398 |
| Receita diferida | | 4.014 | 18.979 | - | 93 |
| Outros passivos | 18 | 82.461 | 64.073 | 3.640 | 3.562 |
| | | <u>894.670</u> | <u>646.698</u> | <u>264.590</u> | <u>75.782</u> |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| | 19 | | | | |
| Capital social | | 900.000 | 610.000 | 900.000 | 610.000 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 30.000 | - | 30.000 | - |
| Reservas de lucros | | 531.060 | 708.126 | 531.060 | 708.126 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | 408.629 | 422.327 | 408.629 | 422.327 |
| | | <u>1.869.689</u> | <u>1.740.453</u> | <u>1.869.689</u> | <u>1.740.453</u> |
| | | <u>3.051.459</u> | <u>2.563.267</u> | <u>2.206.123</u> | <u>1.843.536</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

| | Nota | Consolidado | | Controladora | |
|--|------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Receita operacional líquida | 21 | 690.555 | 1.082.312 | - | - |
| Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | | <u>(567.062)</u> | <u>(825.690)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Lucro bruto | | <u>123.493</u> | <u>256.622</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Outras (despesas) receitas operacionais | | | | | |
| Administrativas, comerciais e gerais | 22 | (191.041) | (151.932) | (12.009) | (783) |
| Despesas financeiras | | (36.560) | (15.896) | (4.679) | (253) |
| Receitas financeiras | | 53.597 | 61.435 | 53 | 213 |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 23 | <u>228.553</u> | <u>596.441</u> | <u>179.318</u> | <u>263</u> |
| | | <u>54.549</u> | <u>490.048</u> | <u>162.683</u> | <u>(560)</u> |
| Participação em empresas controladas | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 10 | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>23.426</u> | <u>598.241</u> |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 178.042 | 746.670 | 186.109 | 597.681 |
| Imposto de renda e contribuição social - Corrente | 9 | (4.479) | (41.466) | - | (159) |
| Imposto de renda e contribuição social - Diferido | 9 | <u>(33.777)</u> | <u>(107.883)</u> | <u>(46.323)</u> | <u>(201)</u> |
| Lucro líquido do exercício | | <u><u>139.786</u></u> | <u><u>597.321</u></u> | <u><u>139.786</u></u> | <u><u>597.321</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | | | | | | | | |
|---|----------------|---|---------------------------|---------------|--------------------|---------------------------------|-------------------|--------------------|--|-------------------|
| | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Reservas de lucros | | | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total Controladora | Participação de acionistas não controladores | Total Consolidado |
| | | | Reserva de desapropriação | Reserva Legal | Retenção de lucros | | | | | |
| Saldos em 1 de janeiro de 2010 | 400.000 | - | 149.644 | - | 228.467 | 432.784 | (67.763) | 1.143.132 | 1.896 | 1.145.028 |
| Aumento de capital com as reservas | 210.000 | - | - | - | (210.000) | - | - | - | - | - |
| Realização do custo atribuído de ativos de controladas, líquido de tributos diferidos | - | - | - | - | - | (10.457) | 10.457 | - | - | - |
| Outras movimentações | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.896) | (1.896) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 597.321 | 597.321 | - | 597.321 |
| Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO: | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | - | 27.001 | - | - | (27.001) | - | - | - |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | - | - | 513.014 | - | (513.014) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 610.000 | - | 149.644 | 27.001 | 531.481 | 422.327 | - | 1.740.453 | - | 1.740.453 |
| Aumento de capital com as reservas | 290.000 | - | - | (27.001) | (262.999) | - | - | - | - | - |
| Realização do custo atribuído de ativos de controladas, líquido de tributos diferidos | - | - | - | - | - | (13.698) | 13.698 | - | - | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 30.000 | - | - | - | - | - | 30.000 | - | 30.000 |
| Distribuição de juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | - | - | (40.550) | (40.550) | - | (40.550) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 139.786 | 139.786 | - | 139.786 |
| Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO: | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | - | 6.989 | - | - | (6.989) | - | - | - |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | - | - | 105.945 | - | (105.945) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 900.000 | 30.000 | 149.644 | 6.989 | 374.427 | 408.629 | - | 1.869.689 | - | 1.869.689 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|------------------|------------------|------------------|-----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social | 178.042 | 746.670 | 186.109 | 597.681 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais: | | | | |
| Juros e variações monetárias | (12.407) | (27.858) | 4.314 | - |
| Depreciação e amortização | 26.511 | 36.035 | - | - |
| Constituição (reversão) de provisão para contingências e outras provisões | 7.091 | (11.064) | - | (168) |
| Custo residual de ativo imobilizado alienado ou baixado | 34.697 | 22.011 | - | - |
| Custo do investimento alienado e ajuste de preço posterior a alienação | 43.208 | - | 60.779 | - |
| Ganho na variação do valor justo de investimentos | (32.287) | (577.649) | - | - |
| Equivalência patrimonial | - | - | (23.426) | (598.241) |
| | <u>244.855</u> | <u>188.145</u> | <u>227.776</u> | <u>(728)</u> |
| Variações nos ativos e passivos | | | | |
| Contas a receber | (63.063) | 13.600 | 435 | 222 |
| Estoques | (11.552) | (4.393) | - | - |
| Precatórios a receber | 113 | 10.232 | - | - |
| Impostos a recuperar | (11.821) | (4.183) | (182) | (21) |
| Redução de partes relacionadas - ativo | (2.451) | (1.748) | (450) | - |
| Depósitos judiciais | - | (4.088) | (277) | - |
| Imóveis a comercializar | 231 | (1.217) | - | - |
| Despesas antecipadas | (2.815) | 2.452 | - | - |
| Contas a receber por alienação de investimentos | (186.088) | - | (186.088) | - |
| Outras contas a receber | 30.919 | (7.071) | - | 204 |
| Variações nos ativos e passivos | | | | |
| Fornecedores | 34.878 | (7.821) | (48) | 24 |
| Impostos e contribuições a recolher | 17.923 | (10.678) | (5.816) | (282) |
| Salários e encargos sociais a recolher | 3.717 | 6.155 | - | - |
| Receita diferida | (14.466) | 12.662 | (93) | (280) |
| Partes relacionadas - passivo | (2.090) | (18.423) | (12.448) | 7.789 |
| Contas a pagar | 27.255 | (1.266) | 78 | (78) |
| Efeito decorrente de perda de controle acionário em investimentos | - | 37.191 | - | - |
| Imposto de renda e na contribuição social pagos | (3.571) | (44.839) | (11) | (159) |
| | <u>61.974</u> | <u>164.710</u> | <u>22.876</u> | <u>6.691</u> |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | | | |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado | (242.645) | (61.614) | - | - |
| Recebimento de dividendos de controladas | - | - | 10.018 | 7.205 |
| Aumento de participação em controladas e SCPs | (12.580) | (7.250) | (238.023) | - |
| Aumento de propriedade para investimentos | (97.137) | (7.725) | - | - |
| Alienação de controlada, menos disponibilidades líquidas incluídas na alienação | 38.200 | - | - | - |
| Efeito decorrente de perda de controle acionário em investimentos | - | 66.449 | - | - |
| Aumento do ativo intangível | (15.154) | (16.082) | - | - |
| | <u>(329.316)</u> | <u>(26.222)</u> | <u>(228.005)</u> | <u>7.205</u> |
| Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento | | | | |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures: | | | | |
| Captações | 384.831 | 22.422 | 180.000 | - |
| Pagamento do principal e juros | (126.657) | (11.849) | - | - |
| Custo de captação | (1.395) | - | (1.395) | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 30.000 | - | 30.000 | - |
| Efeito decorrente de perda de controle acionário em investimentos | - | (172.292) | - | - |
| Pagamento de dividendos e antecipações de lucros | (10.627) | (13.900) | (2.952) | (13.900) |
| | <u>276.152</u> | <u>(175.619)</u> | <u>205.653</u> | <u>(13.900)</u> |
| Caixa líquido usado nas atividades de financiamento | | | | |
| Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | <u>8.810</u> | <u>(37.131)</u> | <u>524</u> | <u>(4)</u> |
| Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| No início do exercício | 148.006 | 185.137 | 12 | 16 |
| No fim do exercício | <u>156.816</u> | <u>148.006</u> | <u>536</u> | <u>12</u> |
| Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | <u>8.810</u> | <u>(37.131)</u> | <u>524</u> | <u>(4)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Companhia), está situada na Rua Deputado Vicente Penido, 255 - Vila Maria CEP: 02064-120 - São Paulo /SP, atua exclusivamente como uma empresa de participação (Holding) de capital nacional fechado e tem a finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa ou controla, além de consolidar e maximizar os benefícios decorrentes desta unificação.

A Companhia controla a Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng), que explora as seguintes atividades: **(i)** Construção Civil - segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação e construção civil; **(ii)** Mineração - produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; **(iii)** Dragagem; e **(iv)** Concessão de Serviços Públicos - principalmente na administração e exploração de rodovias e geração e comercialização de energia, incluindo energia eólica; e também controla parte da operação da Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda. (Pássaro Marron), que explora os serviços de transportes de passageiros no âmbito metropolitano da Grande São Paulo (Airport Bus Service) ligando o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o Aeroporto de Congonhas a diversos pontos da cidade de São Paulo.

2 Aspecto societário

Em 25 de agosto de 2011, a Companhia alienou, para a CMP Participações Ltda., conforme Contrato de Venda de Quotas e Outras Avenças, parte das operações de sua controlada Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda., que explorava principalmente os serviços de transportes de passageiros no âmbito municipal e metropolitano da Grande São Paulo, intermunicipal rodoviário, suburbano e interestadual, abrangendo os estados de São Paulo e Minas Gerais, ficando apenas com a exploração de serviços de transportes de passageiro no âmbito metropolitano da Grande São Paulo (Airport Bus Service).

O saldo a receber encontra-se registrado na rubrica contas a receber por alienação de investimento no ativo.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

A transação teve anuência de todos os órgãos regulamentadores da controlada Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda. (ANTT, SEAE, Infraero, ARTESP e EMTU), no período compreendido entre o final de 2011 e início de 2012.

3 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário.

3.1 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, ônibus, aeronaves, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Provisão para devedores duvidosos; e
- Nota 17 - Provisão para contingências - consolidado;
- Nota 9 - Impostos Diferidos
- Nota 13 - Recuperabilidade de ágio
- Nota 12 - Revisão da vida útil do imobilizado
- Nota 10b - Outros investimentos avaliados a valor justo
- Nota 11 - Propriedade para investimento

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

3.2 Descrição das principais práticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e/ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação, depois do reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2011 e 2010.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

d. Estoques

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização.

e. Ativos arrendados

Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

f. Imóveis a comercializar

Representado substancialmente por terrenos mantidos para futuras incorporações imobiliárias, os quais estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido de despesas necessárias à sua legalização, estando demonstrado como ativo não circulante em função da expectativa de prazo de lançamento ultrapassar o período de doze meses da data do balanço.

g. Participações em consórcios

As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante.

h. Depósitos judiciais

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia e suas controladas, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

i. Investimentos e outros investimentos

Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Outros investimentos

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício.

j. Propriedade para investimentos

São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados a renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Companhia e suas controladas passam a avaliar o ativo pelo seu valor justo baseado no método do fluxo de caixa descontado ou pelo valor de mercado das propriedades que busca refletir as condições de mercado deste ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são alocados na demonstração do resultado no exercício que forem identificados.

k. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos à depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como “Outras Receitas Operacionais” na demonstração do resultado.

1. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia e suas controladas registram neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software, gastos pré-operacionais, marcas e patentes e outros são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados.

Os direitos contratuais relacionados com a outorga inicial e o ativo intangível relacionado com obras de melhorias de concessão de rodovias estão demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão.

Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação à possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas.

m. Redução ao valor recuperável

O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

n. Contas a pagar a fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

o. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subseqüentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

p. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

q. Compromissos relativos à concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida em um nível específico de operação ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada contratualmente antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.

Considera-se uma obrigação incluída no escopo da provisão somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas na medida em que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Os valores devidos ao Poder Concedente decorrentes da taxa de fiscalização de concessão são reconhecidos no resultado em função das contraprestações devidas mensalmente.

r. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados à alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

s. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

t. Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A reserva de desapropriação decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela Assembleia geral de acionistas.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

u. Reconhecimento da receita

Receita de vendas e serviços

A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas.

A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes.

A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias.

A receita bruta de serviços de transportes compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada pelo valor bruto no momento em que o usuário apresenta o bilhete de passagem necessário à realização da viagem e, subsequentemente, deduzida dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

A receita de pedágio é reconhecida quando da utilização por usuários das rodovias e ponte administradas. Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e de suas controladas e controladas com controle compartilhado, conforme detalhado a seguir:

| Empresas | Tipo de controle | Participação | |
|---|--------------------------|--------------|---------|
| | | 2011 | 2010 |
| Serveng-Civisan S.A. Empr. Assoc. de Engenharia | Integral - Direto | 100,00% | 100,00% |
| Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda. (a) | Integral - Direto | 100,00% | 100,00% |
| Santa Cruz Rodovias S.A. | Integral - Indireto | 100,00% | 100,00% |
| Dragaport Engenharia Ltda. | Integral - Indireto | 100,00% | 100,00% |
| Serveng Energias Renováveis S.A. (c) | Integral - Indireto | 100,00% | 100,00% |
| Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A. (c) | Integral - Indireto | 100,00% | 100,00% |
| Serramar Parque Shopping Ltda. (b) | Integral - Indireto | 100,00% | - |
| Serveng Mineração Balsas Ltda. (c) | Integral - Indireto | 100,00% | - |
| Caiçara dos Ventos Geradora Eólica S/A. (c) | Integral - Indireto | 100,00% | - |
| Corumbá Concessões S.A. | Compartilhado - Indireto | 18,74% | 18,74% |

- (a) A partir de agosto de 2011, refere-se somente a parte do negócio não alienado a terceiros de transporte metropolitano de passageiros na Grande São Paulo, da marca Airport Bus Service.
- (b) Empresa que iniciou as operações em 1º de dezembro de 2011.
- (c) Empresas pré-operacionais .

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os exercícios sociais das controladas e controladas com controle compartilhado, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e suas práticas contábeis são uniformes.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas e controladas com controle compartilhado;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- d. A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pela Controladora, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora;
- e. Os saldos das transações intercompanhias de controladas com controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial.

Também foram consolidadas as participações mantidas pela controlada Serveng em sociedades em conta de participação.

5 Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|---------------------------------|--------------------|----------------|---------------------|-----------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Caixa e bancos | 14.265 | 41.415 | 3 | 12 |
| Aplicações financeiras diversas | <u>142.551</u> | <u>106.591</u> | <u>533</u> | <u>-</u> |
| | <u>156.816</u> | <u>148.006</u> | <u>536</u> | <u>12</u> |

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do Certificado Depósito Interbancário - CDI, 11,64% em 2011 (9,76% em 2010), contratadas em condições e taxas normais de mercado.

6 Contas a receber de clientes

| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|-----------------------------------|--------------------|----------------|---------------------|------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Valores faturados para terceiros | 126.544 | 97.137 | - | 435 |
| Valores faturados para coligadas | 17.018 | 1.051 | - | - |
| Medições a faturar | 73.823 | 54.466 | - | - |
| Ajuste a valor presente | (2.163) | (895) | - | - |
| Provisão para devedores duvidosos | (12.960) | (8.740) | = | = |
| Total | <u>202.262</u> | <u>143.019</u> | = | <u>435</u> |

7 Estoques

| | <u>Consolidado</u> | |
|---|--------------------|---------------|
| | 2011 | 2010 |
| Produtos acabados | 6.462 | 3.653 |
| Matéria-prima | 345 | 421 |
| Outros estoques para consumo e manutenção | <u>15.396</u> | <u>11.042</u> |
| | <u>22.203</u> | <u>15.116</u> |

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

8 Precatórios a receber

| | Consolidado | |
|--|--------------------|----------------|
| | 2011 | 2010 |
| Valor bruto | | |
| Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (a) | 440.795 | 410.232 |
| DER/SP (b) | 20.680 | 19.246 |
| Outros (c) | <u>46.350</u> | <u>43.324</u> |
| | <u>507.825</u> | <u>472.802</u> |

Emenda Constitucional 62/09

Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as novas regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado. As principais novidades inseridas na EC 62 foram:

- i. Regime Especial opcional aos Estados, Distrito Federal e Municípios a fim de quitarem seus precatórios já vencidos, no prazo de até 15 anos;
- ii. Compensação de ofício que antecederá o pagamento dos precatórios aos credores, visando à quitação de eventuais débitos perante a Fazenda devedora;
- iii. Faculta ao credor a utilização de créditos de precatório para a aquisição de imóvel público da respectiva Fazenda devedora, nos termos de legislação específica a ser editada pelo mesmo Ente Federativo;
- iv. Possibilidade de cessão do precatório, independentemente da anuência da Fazenda, ressalvando que tal procedimento somente produzirá efeitos a partir de sua comunicação ao Tribunal e à entidade devedora, convalidando, ainda, todas as cessões já realizadas antes de sua promulgação;
- v. Possibilidade de a Fazenda Pública devedora coordenar leilões dos precatórios. De acordo com a Emenda, devedores da Fazenda poderão adquirir precatórios judiciais em leilões realizados através de sistema eletrônico por entidade autorizada pela CVM ou pelo Banco Central, para quitarem seus débitos com deságio;

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- vi. Atualização dos valores pendentes pelo índice que corrige a caderneta de poupança (juros + TR).

Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela controlada Serveng (ver itens *a* e *b*), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito.

Vale ressaltar, que há em andamento duas Ações Diretas de Inconstitucionalidades com Pedido de Liminar (ADI 4357 e ADI 4372), ajuizadas pelo Conselho Federal da OAB e outras associações, ambas em trâmite pelo Supremo Tribunal Federal - STF, que visam declarar a inconstitucionalidade da nova sistemática de pagamento dos precatórios estaduais e municipais trazida pela EC 62/09.

Composição dos precatórios a receber

- a. O precatório a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), cedido pela Companhia à controlada Serveng, representado pelo Ofício Requisitório nº 356/NER/83, Ordem Cronológica 410/97, refere-se à desapropriação de terras situada na Serra do Mar, e está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.

No decorrer de 2005 a SEFAZ-SP ingressou com um pedido de Ação Rescisória perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando discutir o valor da indenização, pedido esse aguardando julgamento pelo STJ. O Governo do Estado de São Paulo, ante ao empenho da empresa para receber o valor do precatório, obteve o deferimento de medida liminar na Ação Rescisória para suspender o pagamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tornando ineficaz o Pedido de Sequestro proposto pela empresa. Por força da EC 62/2009 a atualização dos valores pendentes de pagamento serão corrigidos pelo índice da caderneta de poupança (juros + TR). Os assessores jurídicos entendem serem boas as chances de a controlada Serveng receber o valor do Precatório.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- b. O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controlada Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.
- c. Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controlada Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Jacareí, Cotia, Guarulhos e outras, atualizados monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança.

Em função da publicação da EC 62/09, bem como a adoção do Regime Especial do Governo do Estado de São Paulo, a indefinição das ações de seqüestro movidas pela controlada Serveng em relação ao precatório a receber do SEFAZ-SP, e a demora na definição dos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a Administração optou por manter registrado no ativo não circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva da constitucionalidade ou não da EC 62/09.

9 Ativo e passivo fiscal diferidos

| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|-------------------------------|--------------------|---------------|---------------------|--------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Ativo | | | | |
| Imposto de renda diferido: | | | | |
| Diferenças temporárias | 7.468 | 15.225 | 910 | 950 |
| Prejuízos fiscais (a) | <u>4.841</u> | <u>3.942</u> | <u>4.841</u> | <u>3.942</u> |
| | <u>12.309</u> | <u>19.167</u> | <u>5.751</u> | <u>4.892</u> |
| Contribuição social diferida: | | | | |
| Diferenças temporárias | 2.688 | 5.481 | 327 | 343 |
| Base negativa (a) | <u>1.523</u> | <u>1.199</u> | <u>1.523</u> | <u>1.199</u> |
| | <u>4.211</u> | <u>6.680</u> | <u>1.850</u> | <u>1.542</u> |
| Total diferido ativo | <u>16.520</u> | <u>25.847</u> | <u>7.601</u> | <u>6.434</u> |

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|---|--------------------|------------------|---------------------|--------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Passivo | | | | |
| Imposto de renda diferido: | | | | |
| Valor justo de investimentos e outros ajustes de adaptação ao CPC | 267.874 | 303.009 | - | - |
| Exclusões temporárias de órgãos públicos | 7.916 | 7.195 | - | - |
| Lucro na venda parcial da controlada Pássaro Marron | 36.282 | - | 36.282 | - |
| Outras exclusões | <u>19.964</u> | <u>16.409</u> | <u>2.606</u> | <u>3.969</u> |
| | <u>332.036</u> | <u>326.613</u> | <u>38.888</u> | <u>3.969</u> |
| Contribuição social diferida: | | | | |
| Valor justo de investimentos e outros ajustes de adaptação ao CPC | 96.435 | 109.083 | - | - |
| Exclusões temporárias de órgãos públicos | 2.849 | 2.590 | - | - |
| Lucro na venda parcial da controlada Pássaro Marron | 13.061 | - | 13.061 | - |
| Outras exclusões | <u>7.012</u> | <u>5.907</u> | <u>939</u> | <u>1.429</u> |
| | <u>119.357</u> | <u>117.580</u> | <u>14.000</u> | <u>1.429</u> |
| Total diferido passivo | <u>451.393</u> | <u>444.193</u> | <u>52.888</u> | <u>5.398</u> |
| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Demonstração de resultado | | | | |
| Corrente: | | | | |
| Imposto de renda | (3.293) | (30.295) | - | (115) |
| Contribuição social | (1.186) | (11.171) | - | (44) |
| | <u>(4.479)</u> | <u>(41.466)</u> | <u>-</u> | <u>(159)</u> |
| Diferido: | | | | |
| Imposto de renda | (24.836) | (79.162) | (34.061) | 14 |
| Contribuição social | (8.941) | (28.721) | (12.262) | (215) |
| | <u>(33.777)</u> | <u>(107.883)</u> | <u>(46.323)</u> | <u>(201)</u> |

(a) Com base nas avaliações realizadas pela Administração, a Companhia espera realizar a totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa no exercício de 2012.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

As apurações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido foram realizadas de acordo com o Regime Tributário de Transição (RTT), que permite a pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis das novas práticas contábeis por meio de registros no livro de apuração do lucro real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem produzir modificações na escrituração contábil.

10 Investimentos e outros investimentos

a. Investimentos

| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|--|--------------------|--------------|---------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Investimentos mensurados por equivalência patrimonial | - | - | 2.034.471 | 1.831.360 |
| Outros investimentos, líquidos de provisão para perdas | <u>35</u> | <u>7.345</u> | <u>36</u> | <u>37</u> |
| | <u>35</u> | <u>7.345</u> | <u>2.034.507</u> | <u>1.831.397</u> |

As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

| | Capital social | Lucro (prejuízo) do exercício | Patrimônio líquido | Participação no capital da investida | <u>Investimento</u> | | <u>Equivalência</u> | |
|---------------------|----------------|-------------------------------|--------------------|--------------------------------------|---------------------|------------------|---------------------|----------------|
| | | | | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Serveng-Civilsan | 1.207.380 | 31.528 | 1.933.123 | 100,00% | 1.933.123 | 1.664.216 | 31.528 | 586.696 |
| Pássaro Marron | 52.086 | (7.897) | 101.381 | 100,00% | 101.381 | 167.144 | (7.897) | 11.545 |
| Serveng Transportes | 143 | (205) | (33) | 100,00% | <u>(33)</u> | <u>-</u> | <u>(205)</u> | <u>-</u> |
| Total | | | | | <u>2.034.471</u> | <u>1.831.360</u> | <u>23.426</u> | <u>598.241</u> |

b. Outros investimentos

| | <u>Consolidado</u> | |
|---|--------------------|----------------|
| | 2011 | 2010 |
| Investimentos mensurados ao valor justo | <u>742.579</u> | <u>716.591</u> |

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na BM&FBOVESPA em 29 de dezembro de 2011. Basicamente nesta rubrica está registrado o valor justo de 60.400.000 ações ordinárias mantidas pela Companhia na CCR S.A.

11 Propriedade para investimentos

Consolidado

| | <u>Consolidado</u> | |
|--------------------------------|--------------------|---------------|
| | 2011 | 2010 |
| Shopping Serramar | 125.482 | 7.725 |
| Imóveis em São José dos Campos | <u>6.548</u> | <u>7.559</u> |
| | <u>132.030</u> | <u>15.284</u> |

Movimentação das propriedades para investimentos

| | 2010 | Adições e transferências | Variação do valor justo | 2011 |
|------------------------------------|---------------|---------------------------------|--------------------------------|----------------|
| Shopping Serramar (a) | 7.725 | 117.757 | - | 125.482 |
| Imóveis em São José dos Campos (b) | <u>7.559</u> | = | <u>(1.011)</u> | <u>6.548</u> |
| Total | <u>15.284</u> | <u>117.757</u> | <u>(1.011)</u> | <u>132.030</u> |

- (a) Refere-se ao Serramar Parque Shopping localizado em Caraguatatuba construído pela controlada Serveng Civilsan, com objetivo de auferir renda com aluguel de lojas e que entrou em operação em novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, os custos do empreendimento Serramar Parque Shopping, bem como o terreno, anteriormente registrado na Serveng Civilsan, foram alienados para a controlada Serramar Parque Shopping Ltda.. Esta propriedade está mensurada pelo custo de aquisição dos respectivos ativos, o qual reflete o seu valor de mercado; e

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- (b) Imóveis em São José dos Campos referem-se a propriedades comerciais mantidas para renda com aluguéis, localizadas em São José dos Campos, estando mensuradas pelo método do valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente por profissionais da Companhia.

A mensuração e o ajuste para valor justo são realizados anualmente na data de fechamento de balanço no final do exercício social.

12 Imobilizado

| | Consolidado | |
|--|--------------------|----------------|
| | 2011 | 2010 |
| Terrenos | 565.401 | 585.345 |
| Edifícios, construções e praças de pedágio | 49.065 | 49.059 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 45.339 | 46.369 |
| Máquinas e equipamentos | 114.296 | 86.105 |
| Veículos e embarcações | 73.960 | 108.510 |
| Aeronaves | 3.987 | 4.983 |
| Equipamentos de informática | 1.778 | 2.708 |
| Móveis e utensílios | 653 | 937 |
| Obras em andamento e outros | <u>139.968</u> | <u>15.962</u> |
| | <u>994.447</u> | <u>899.978</u> |

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Consolidado

| | Taxa de Depreciação (a.a.%) | 2011 | | | 2010 |
|--|-----------------------------|------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Saldo residual | Saldo residual |
| Terrenos | - | 565.401 | - | 565.401 | 585.345 |
| Edifícios, construções e praças de pedágio | 2,8 | 63.955 | (14.890) | 49.065 | 49.059 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 2 | 55.451 | (10.112) | 45.339 | 46.369 |
| Máquinas e equipamentos | 4 a 25 | 172.463 | (58.167) | 114.296 | 86.105 |
| Veículos e embarcações | 10 a 25 | 133.720 | (59.760) | 73.960 | 108.510 |
| Aeronaves | 14 | 6.976 | (2.989) | 3.987 | 4.983 |
| Equipamentos de informática | 20 | 6.079 | (4.301) | 1.778 | 2.708 |
| Móveis e utensílios | 10 | 1.712 | (1.059) | 653 | 937 |
| Obras em andamento e outros (a) | - | <u>139.996</u> | <u>(28)</u> | <u>139.968</u> | <u>15.962</u> |
| Total | | <u>1.145.753</u> | <u>(151.306)</u> | <u>994.447</u> | <u>899.978</u> |

Movimentação do ativo imobilizado

| | 2010 | | 2011 | | |
|-------------------------------------|------------------|-----------------|----------------------------|--------------------------------------|------------------|
| | Custo | Adições | Redução por transferências | Baixas e venda de empresa controlada | Custo |
| Terrenos | 585.345 | 1.830 | (20.620) | (1.154) | 565.401 |
| Edifícios e construções | 62.532 | 2.719 | - | (1.296) | 63.955 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 51.242 | 4.209 | - | - | 55.451 |
| Máquinas e equipamentos | 140.121 | 36.329 | (2.210) | (1.777) | 172.463 |
| Veículos e embarcações | 223.742 | 72.589 | (42.644) | (119.967) | 133.720 |
| Aeronaves | 6.976 | - | - | - | 6.976 |
| Equipamentos de informática | 9.466 | 717 | (388) | (3.716) | 6.079 |
| Móveis, utensílios e outros | 2.089 | 242 | (47) | (572) | 1.712 |
| Obras em andamento e outros (a) | <u>15.986</u> | <u>124.010</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>139.996</u> |
| Total do custo | 1.097.499 | 242.645 | (65.909) | (128.482) | 1.145.753 |
| Depreciação acumulada | <u>(197.521)</u> | <u>(23.929)</u> | <u>7.611</u> | <u>62.533</u> | <u>(151.306)</u> |
| Valor residual do ativo imobilizado | <u>899.978</u> | <u>218.716</u> | <u>(58.298)</u> | <u>(65.949)</u> | <u>994.447</u> |

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- (a) Do montante de R\$ 139.996 de obras em andamento, os principais projetos se referem: (i) ao projeto eólico, sendo R\$ 76.320 de adiantamentos a fornecedores para futuro fornecimento das turbinas eólicas, e R\$ 43.429 refere-se ao custo da construção das usinas eólicas; e (ii) o montante de R\$ 20.247 referente substancialmente a gastos com manutenção de balsas e rebocadores.

13 Intangível

| | | Consolidado | |
|---|--|--------------------|---------------|
| | | 2011 | 2010 |
| Ágio pago na aquisição de investimentos | | 19.525 | 4.527 |
| Direitos de lavra | | 25.556 | 25.626 |
| Obras de melhorias | | 4.059 | 6.177 |
| Direito de uso do bem público | | 3.147 | 4.026 |
| Direitos contratuais de comercialização | | 1.999 | 1.999 |
| Licença de instalação | | 2.725 | 3.386 |
| Softwares | | 2.187 | 2.971 |
| Outros | | <u>404</u> | <u>248</u> |
| Total | | <u>59.602</u> | <u>48.960</u> |

| | | 2011 | | 2010 | |
|---|------------------------------------|---------------|---|-----------------------|-----------------------|
| | Taxa de amortização (a.a.%) | Custo | Amortização e exaustão acumulada | Saldo residual | Saldo residual |
| Consolidado: | | | | | |
| Ágio pago na aquisição de investimentos | (a) | 19.525 | - | 19.525 | 4.527 |
| Direitos de lavra | (b) | 28.355 | (2.799) | 25.556 | 25.626 |
| Obras de melhorias | (c) | 13.695 | (9.636) | 4.059 | 6.177 |
| Direito de uso do bem público | (c) | 14.483 | (11.336) | 3.147 | 4.026 |
| Direitos contratuais de comercialização | (d) | 1.999 | - | 1.999 | 1.999 |
| Licença de instalação | (d) | 2.725 | - | 2.725 | 3.386 |
| Softwares | 20 | 11.471 | (9.284) | 2.187 | 2.971 |
| Outros | - | <u>404</u> | <u>-</u> | <u>404</u> | <u>248</u> |
| Total | | <u>92.657</u> | <u>(33.055)</u> | <u>59.602</u> | <u>48.960</u> |

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- (a) Ágio na aquisição de investimentos fundamentado em expectativa de rentabilidade futura dos negócios adquiridos;
- (b) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração;
- (c) Direito de uso do bem público e obras de melhorias serão amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão;
- (d) Direitos contratuais e licenças de instalação serão amortizados a partir de 2013, ano que está previsto o início da operação comercial das empresas de produção de energia eólica.

14 Debêntures, financiamentos e outros

| | Item | Consolidado | | Controladora | |
|--|------|----------------|---------------|----------------|------|
| | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Debêntures (117,6% do CDI) | 1 | 182.919 | - | 182.919 | - |
| Banco Santander (TR + 11% a.a.) | 2 | 45.764 | - | - | - |
| BNDES (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% a.a.) | 3 | 36.229 | 41.672 | - | - |
| Banco do Brasil (TJLP -+ 5% a.a. e cesta de moedas - +5% a.a.) | 3 | 5.071 | 5.459 | - | - |
| Financiamento de equipamentos (FINAME PSI 2) | 4 | 65.311 | 19.244 | - | - |
| Outros financiamentos | | <u>10.589</u> | = | = | = |
| Total | | <u>345.883</u> | <u>66.375</u> | <u>182.919</u> | = |
| Circulante | | (49.886) | (11.569) | (21.464) | - |
| Não circulante | | <u>295.997</u> | <u>54.806</u> | <u>161.455</u> | = |

- (1) Emitidos em 05 de outubro de 2011, pela controladora Soares Penido Participações, para implementação do projeto eólico, com vencimento em 18 meses, finalizando em 05 de abril de 2013. Está garantido por aval da controlada Serveng-Civilsan.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- (2) Financiamento a produção para a construção do Serramar Parque Shopping Ltda., controlada indireta da Companhia. O prazo de amortização é de 131 meses, e está garantido por aval de acionistas da Companhia;
- (3) Os empréstimos com o BNDES, captados pela Corumbá Concessões S.A., estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, ações da Corumbá Concessões S.A., pelo contrato de vendas de energia elétrica com a Companhia Energética de Brasília - CEB e aval de acionistas da Companhia;
- (4) FINAME PSI 2 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% a 5,5% ao ano e TJLP + juros que variam de 3,2 a 3,7% ao ano, com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos e aval de acionistas da Companhia;

Nenhum empréstimo ou financiamento tomado pela Companhia, e ou suas controladas possui *convenants* financeiro.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

| Anos | Consolidado | Controladora |
|----------------|----------------|----------------|
| 2013 | 204.589 | 161.455 |
| 2014 | 30.660 | - |
| 2015 | 26.188 | - |
| 2016 em diante | <u>34.560</u> | = |
| Total | <u>295.997</u> | <u>161.455</u> |

15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado, exceto nas operações de mútuo e cessões de créditos que não estão sujeitas a encargos financeiros.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Remuneração da Administração e da diretoria

Durante o exercício de 2011, os Administradores da Companhia e controladas receberam remuneração a título de honorários, no montante de R\$ 8.005 (R\$ 10.913 em 2010), sendo contabilizada como despesas com pessoal e encargos no grupo de despesas administrativas e gerais.

16 Impostos e contribuições a recolher

| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|----------------------------|--------------------|---------------|---------------------|----------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Obrigações fiscais | | | | |
| Tributos parcelados (a) | 32.380 | 24.164 | - | - |
| COFINS | 7.419 | 5.242 | - | - |
| ISS | 9.428 | 1.834 | - | - |
| PIS | 1.379 | 906 | - | - |
| ICMS | 974 | 1.547 | - | - |
| Obrigações previdenciárias | 7.001 | 9.899 | - | - |
| Outros | <u>6.694</u> | <u>5.495</u> | <u>269</u> | <u>2</u> |
| Total | 65.275 | 49.087 | 269 | 2 |
| Circulante | (39.095) | (28.117) | (269) | (2) |
| Não circulante | <u>26.180</u> | <u>20.970</u> | = | = |

- (a) Tributos parcelados no montante de R\$ 32.280 estão compostos como segue: (i) R\$ 25.605 referentes aos débitos incluídos no processo de consolidação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, obtido pela controlada Serveng com prazo de quitação entre 73 e 161 parcelas mensais, sujeito a atualização pela variação da SELIC; (ii) R\$ 726 referente ao saldo remanescente do parcelamento de ICMS (PPI SEFAZ SP) obtido pela controlada Serveng com prazo de quitação em até 60 meses; (iii) R\$ 1.752 referente ao saldo remanescente do parcelamento de ISS da Prefeitura de São Sebastião, obtido pela controlada Serveng, para ser pago em 100 parcelas mensais, atualizadas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo; (iv) R\$ 3.438 referente ao saldo do parcelamento do ISS do Distrito Federal obtido pela controlada Serveng a ser pago em 60 meses e atualizado pela variação do INPG mais juros de 1% ao mês; e (v) outros tributos parcelados totalizando R\$ 859.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

| Anos | Consolidado |
|----------------|---------------|
| 2013 | 6.051 |
| 2014 | 5.344 |
| 2015 | 5.344 |
| 2016 | 5.344 |
| 2017 em diante | <u>4.097</u> |
| Total | <u>26.180</u> |

17 Provisão para contingências

| | <u>Consolidado</u> | |
|------------------------|--------------------|---------------|
| | 2011 | 2010 |
| Processos tributários | 3.826 | 9.224 |
| Processos cíveis | 22.399 | 5.127 |
| Processos trabalhistas | <u>8.400</u> | <u>8.779</u> |
| Total | <u>34.625</u> | <u>23.130</u> |

A Companhia, suas controladas e empresas com controle compartilhado são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como segue:

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Consolidado

| | <u>2011</u> | | | <u>2010</u> |
|------------------------|-----------------|--------------------------|----------------------|----------------------|
| | <u>Provisão</u> | <u>Depósito judicial</u> | <u>Saldo líquido</u> | <u>Saldo líquido</u> |
| Processos tributários | 4.734 | (908) | 3.826 | 9.224 |
| Processos cíveis | 24.228 | (1.829) | 22.399 | 5.127 |
| Processos trabalhistas | <u>10.055</u> | <u>(1.655)</u> | <u>8.400</u> | <u>8.779</u> |
| Total | <u>39.017</u> | <u>(4.392)</u> | <u>34.625</u> | <u>23.130</u> |

A Companhia, suas controladas e empresas com controle compartilhado possuem outras contingências passivas envolvendo o montante aproximado de R\$ 87.479 (R\$ 63.330 em 31 de dezembro de 2010), que foram avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.

18 Outros passivos

| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|--|--------------------|---------------|---------------------|--------------|
| | <u>2011</u> | <u>2010</u> | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
| Compromisso com opção de recompra de ações | 29.326 | 26.573 | - | - |
| Honorários advocatícios | 21.479 | 19.972 | - | - |
| Obrigações assumidas por consórcios | 27.703 | 7.796 | - | - |
| Outros | <u>3.953</u> | <u>9.732</u> | <u>3.640</u> | <u>3.562</u> |
| | <u>82.461</u> | <u>64.073</u> | <u>3.640</u> | <u>3.562</u> |

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 o capital social da Companhia era de R\$ 900.000 (R\$ 610.000 em 2010), representado por 1.166.258.000 (996.252.000 em 2010) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Reserva de lucros

- *Reserva de desapropriação*

Decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras.

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

A Administração da Companhia está propondo, *ad referendum* na Assembleia Geral Ordinária, a transferência do saldo remanescente do lucro líquido ajustado para a rubrica Reserva de Retenção de Lucros, como segue:

| Descrição | 2011 |
|--|-----------------|
| Lucro líquido do exercício | 139.786 |
| (-) Constituição da reserva legal | (6.989) |
| Realização do custo atribuído de ativo de controladas, líquido de tributos diferidos | 13.698 |
| (-) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio | <u>(40.550)</u> |
| Lucro líquido a transferir para reserva de retenção de lucros | <u>105.945</u> |

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela Administração e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquido dos efeitos tributários, registrados pelas empresas controladas.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

20 Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia e suas controladas diretas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco: **(i) Risco de Taxa de Juros** - Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de aumento significativo nas taxas de juros, que reduziria as receitas financeiras sobre determinadas operações contratadas na data do balanço, como por exemplo, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e precatórios a receber; **(ii) Risco de Crédito** - O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes, incluindo valores faturados e serviços a faturar. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, bem como a interrupção do fornecimento de serviços e produtos caso ocorra atrasos na quitação de faturas de seus clientes.

21 Receita operacional líquida - Consolidado

| | Consolidado | |
|--|--------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 |
| Receita de serviços | 656.346 | 1.083.107 |
| Receita de venda de produtos | 135.915 | 125.495 |
| Receita operacional bruta | 792.261 | 1.208.602 |
| Deduções | | |
| Impostos sobre as vendas | (101.224) | (125.687) |
| Taxas diversas, devoluções e abatimentos | <u>(482)</u> | <u>(603)</u> |
| | <u>(101.706)</u> | <u>(126.290)</u> |
| | <u>690.555</u> | <u>1.082.312</u> |

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

22 Despesas administrativas, comerciais e gerais

| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|---|--------------------|----------------|---------------------|------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Despesas com pessoal e encargos sociais | 72.479 | 66.047 | - | - |
| Serviços de terceiros | 50.512 | 43.182 | 12.568 | - |
| Doações e outros | 10.848 | 13.947 | - | - |
| Depreciação e amortização | 6.866 | 5.534 | - | - |
| Despesas tributárias | 7.713 | 3.217 | 9 | 216 |
| Reversão de provisão para devedores duvidosos | 4.322 | (8.718) | - | - |
| Outros | <u>38.301</u> | <u>28.723</u> | <u>(568)</u> | <u>567</u> |
| | <u>191.041</u> | <u>151.932</u> | <u>12.009</u> | <u>783</u> |

23 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

| | <u>Consolidado</u> | | <u>Controladora</u> | |
|--|--------------------|-----------------|---------------------|-------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Lucro na alienação parcial de empresa controlada | 179.225 | - | 179.225 | - |
| Ganho na mensuração de ativos ao valor justo | 30.234 | 577.649 | - | - |
| Dividendos recebidos | 27.582 | 25.670 | - | - |
| Reversão (constituição) de provisão para contingências | (8.583) | 3.224 | - | - |
| Receita de aluguéis | 1.264 | 1.036 | 93 | 280 |
| (Prejuízo) lucro na alienação de ativo imobilizado | (3.775) | 5.544 | - | - |
| Indenizações trabalhistas | (2.553) | (2.526) | - | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais | <u>5.159</u> | <u>(14.156)</u> | <u>-</u> | <u>(17)</u> |
| | <u>228.553</u> | <u>596.441</u> | <u>179.318</u> | <u>263</u> |

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

24 Avais, fianças, garantias e cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para riscos de engenharia das obras em execução e para determinados bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foi definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011 a controlada Serveng possuía seguro-garantia, fianças e coberturas de seguros no total de R\$ 325.766, abrangendo, R\$ 133.682 para risco de engenharia, R\$ 10.000 para responsabilidade civil, R\$ 170.401 para seguro garantia, R\$ 10.848 para seguro/carta fiança, R\$ 575 para veículos e R\$ 260 para outros.

Em 31 de dezembro de 2011 a controlada indireta Santa Cruz Rodovias S.A. possui compromissos vinculados às concessões rodoviárias a serem cumpridos com o Poder Concedente no montante de R\$ 18.600 (R\$ 35.555 em 2010) relativo à obrigação de recuperar, manter e conservar os trechos concedidos à Santa Cruz Rodovias S.A., obedecendo ao cronograma previamente estabelecido, a serem realizados até o final do prazo da concessão.

25 Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2011, ocorreram os seguintes eventos relevantes na Companhia e em suas controladas:

Captação de financiamentos com o BNDES

Em janeiro de 2012 as controladas da Companhia que têm como objeto a exploração de energia eólica, captaram financiamentos com o BNDES no montante de R\$ 150.000 com o objetivo de financiar a construção das usinas eólicas. Sob os financiamentos incidirão juros de 2,05% a.a + TJLP e será liquidado em 192 parcelas a partir de agosto de 2013. Os financiamentos estão garantidos por penhor de ações da controlada Ventos Potiguares, bem como penhor de contratos de fornecimento de energia elétrica.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Esses financiamentos possuem indicadores financeiros (*covenants*) anuais em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida deve ser maior ou igual a 1,3, onde: $(\text{EBITDA} - \text{Imposto de Renda e Contribuição Social}) / (\text{Soma dos pagamentos do Principal} + \text{Juros em 12 meses})$.

Aumento de capital social da Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de janeiro de 2012 foi aprovado o aumento de capital na Controlada Serveng-Civilsan S.A. (Serveng) no montante de R\$ 30.000, por meio da integralização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC anteriormente efetuado pelos acionistas. Desta forma o capital social da Companhia passou a ser representado pelo montante de R\$ 930.000, representado por 1.185.590.000 ações ordinárias.

* * *

Diretoria Estatutária

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor Vice-Presidente

Matheus Lopes Ribeiro Penido
Diretor Geral

Contabilidade

Nelson Cardona Filho
Contador CRC 1SP 208504/O-2